

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA

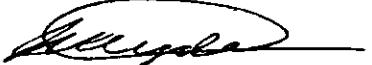
PROCESSO N° : 10845-006244/91-74
SESSÃO DE : 17 de setembro de 1998
ACÓRDÃO N° : 302-33.838
RECURSO N.º : 114.788
RECORRENTE : UNISOL COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA
RECORRIDA : DRF/SANTOS/SP

Infração Administrativa – Emissão de Guia de Importação antes do registro da DI, embora depois do embarque da mercadoria do exterior é documento válido para a importação. A penalidade é a do inciso VI (e não II) do artigo 526 do Regulamento Aduaneiro. Errôneo enquadramento legal. Auto de Infração anulado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

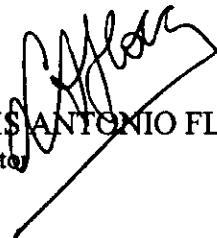
ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em anular o AI, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros, Elizabeth Emílio de Moraes Chieregatto, Elizabeth Maria Violatto e Henrique Prado Megda, que davam provimento ao recurso. Ausente momentaneamente o conselheiro Ricardo Luz de Barros Barreto.

Brasília-DF, em 17 de setembro de 1998


HENRIQUE PRADO MEGDA
Presidente

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação-Geral da Representação Extrajudicial
da Fazenda Nacional
Em 03/12/98


LUCIANA CORRÊA RORIZ PONTES
Procuradora da Fazenda Nacional


LUIS ANTONIO FLORA
Relator

03 DEZ 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: UBALDO CAMPELLO NETO, MARIA HELENA COTTA CARDOZO, e PAULO ROBERTO CUJO ANTUNES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO N° : 10845-006244/91-74
SESSÃO DE : 17 de setembro de 1998
ACÓRDÃO N° : 302-33.838
RECURSO N.º : 114.788
RECORRENTE : UNISOL COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA
RECORRIDA : DRF/SANTOS/SP

Infração Administrativa – Emissão de Guia de Importação antes do registro da DI, embora depois do embarque da mercadoria do exterior é documento válido para a importação. A penalidade é a do inciso VI (e não II) do artigo 526 do Regulamento Aduaneiro. Errôneo enquadramento legal. Auto de Infração anulado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em anular o AI, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros, Elizabeth Emílio de Moraes Chieregatto, Elizabeth Maria Violatto e Henrique Prado Mega, que davam provimento. Ausente momentaneamente o conselheiro Ricardo Luz de Barros Barreto.

Selo revisor
Brasília-DF, em 17 de setembro de 1998

HENRIQUE PRADO MEGDA
Presidente

Luis Antonio Flora
LUIS ANTONIO FLORA
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: UBALDO CAMPELLO NETO, MARIA HELENA COTTA CARDozo, e PAULO ROBERTO CUZO ANTUNES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO N° : 114.788
ACÓRDÃO N° : 302-33.838
RECORRENTE : UNISOL COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA
RECORRIDA : DRF/SANTOS/SP
RELATOR(A) : LUIS ANTONIO FLORA

RELATÓRIO

Retorna o presente processo para apreciação desta Câmara por força do Acórdão 03-2.354 da Câmara Superior de Recursos Fiscais, fls. 110/113, que, por unanimidade de votos, anulou o Acórdão 302-32.371, constante às fls. 83/86.

Tendo em vista que os citados Acórdãos já fazem parte dos anais deste Conselho, sendo encontrados os respectivos relatórios e votos na íntegra junto ao arquivo oficial, deixo de aqui transcrevê-los, passando à leitura dos mesmos nesta sessão, dando conhecimento aos meus ilustres companheiros o inteiro e exato teor da refrega. Faço destacar pela leitura, inclusive, as razões do Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, juntado às fls. 87, como também, das contrarazões apresentadas pela contribuinte anexadas às fls. 107/108.

Uma vez procedida a leitura dos textos dos atos processuais acima mencionados, entendo ter atendido os preceitos regimentais previstos para o momento, razão pela qual passa a decidir.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO N° : 114.788
ACÓRDÃO N° : 302-33.838

VOTO

De fato, o Acórdão anteriormente exarado por esta Câmara e anulado pela egrégia Câmara Superior de Recursos Fiscais é esdrúxulo, uma vez que, ao mesmo tempo (1) dá provimento ao recurso voluntário da contribuinte e (2) altera o lançamento constituído pelo auto de infração ao desclassificar a penalidade aplicada, do inciso II para o inciso VI do artigo 526 do Regulamento Aduaneiro.

Evidentemente este Colegiado não tem competência legal para proceder lançamento de crédito tributário. Em síntese a competência legal consiste em confirmar ou não o lançamento efetuado na autuação à luz do princípio da estrita legalidade.

Assim sendo, partindo-se da análise da lei no concernente aos fatos descritos na autuação, verifico que a ementa do acórdão anulado está correta e exterioriza meu entendimento já manifestado em outros julgados, ou seja, “a emissão de guia de importação antes do registro da DI, embora depois do embarque da mercadoria no exterior é documento válido para a importação. A penalidade é a do inciso VI (e não do II – falta de GI) do artigo 526 do Regulamento Aduaneiro”.

Destarte, verifica-se “in casu” que o que efetivamente ocorreu foi o errôneo enquadramento legal do fato no auto de infração.

Ante o exposto, voto no sentido de anular o auto de infração eis que lavrado em desacordo com a lei, não podendo ser a recorrente penalizada por infração que não cometeu.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1998


LUIS ANTONIO FLORA - Relator